

ECONOMIA E AGRICULTURA E PESCAS

Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.

Aviso n.º 14495/2024/2

Sumário: Procedimento concursal de seleção internacional para contratação de um doutorado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, na sua redação atual, no âmbito do Projeto Sardinha 2030.

Procedimento concursal de seleção internacional para contratação de um doutorado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, na sua redação atual, no âmbito do Projeto Sardinha 2030

1 – Nos termos do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, na sua redação atual, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do IPMA, I. P., datada de 31/1/2023, exarada na ata n.º 8/2023, foi autorizada a abertura do procedimento concursal de seleção internacional – devendo as candidaturas ser, apresentadas no prazo de 10 (dez) dias úteis – para um lugar de investigador/a doutorado/a, com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo prazo de três anos, com vista ao exercício de atividades de investigação no âmbito do projeto Sardinha 2030.

2 – Os objetivos do projeto são:

- a) Realização de atividades de investigação sobre a biologia, ecologia e dinâmica das espécies pelágicas e sobre a atividade pesqueira decorrente da sua exploração comercial.
- b) Promoção da exploração sustentável dos recursos, nomeadamente no impacto das pescas nos habitats e ecossistemas marinhos.
- c) Implementar medidas que reforcem a monitorização dos ecossistemas pelágicos
- d) Divulgar e explicar os requisitos de monitorização do bom estado ambiental ao sector da pesca.

2.1 – As funções inerentes ao posto de trabalho são as seguintes:

- a) Modelação espaço-temporal da distribuição de pequenos pelágicos utilizando dados das campanhas de avaliação e dados de geolocalização da pesca de cerco;
- b) Análise a relação da distribuição espacial das várias espécies que co-habitam no ecossistema pelágico;
- c) Análise da dinâmica espacial da frota do cerco;
- d) Avaliação do impacto de fatores ambientais na distribuição dos pequenos pelágicos;
- e) Promoção de ações de formação e informação destinadas aos profissionais do setor da pesca;
- f) Contribuição para o plano amostral das campanhas acústicas;
- g) Contribuição para a implementação de modelos de avaliação discriminados por áreas;
- h) Elaboração de relatórios e escrita de manuscritos para publicação em revistas internacionais com arbitragem científica e outras formas de divulgação das atividades realizadas.

3 – Legislação aplicável:

- a) Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, que aprovou um regime de contratação de doutorados, destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento (RJEC);
- b) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual;
- c) Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro.

4 – Nos termos do artigo 16.º do RJEC, o presente procedimento concursal está dispensado da:

- a) Autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, designadamente a referida no n.º 3 do artigo 7.º da LTFP,
- b) Da obtenção do parecer prévio favorável referido no n.º 5 do artigo 30.º da LTFP e
- c) Do procedimento de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional, do artigo 265.º da LTFP.

5 – Ao concurso só podem concorrer, sob pena de exclusão, candidatos nacionais, estrangeiros e apátridas que sejam titulares do grau de Doutorados em Matemáticas Aplicadas ou áreas afins.

6 – Podem ainda concorrer aqueles a quem, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018 de 16 de agosto – que aprovou o regime jurídico de reconhecimento de graus académicos e diplomas de ensino superior atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras – tenha reconhecido o grau académico ou diploma de ensino superior, atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras.

7 – A remuneração é a fixada de acordo com o disposto no artigo 15.º do RJEC em conjugação com o artigo 2.º do Decreto-Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro, correspondente a nível remuneratório 33 da tabela remuneratória única (TRU), a que corresponde, em 2023, o valor mensal de € 2.206,05, a que acrescem o subsídio de refeição, de férias e de Natal.

8 – Local de trabalho: IPMA – Algés, na Avenida Doutor Alfredo Magalhães Ramalho, n.º 6; 1495-165 Algés.

9 – Nos termos do artigo 5.º do RJEC, a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos, sendo considerados os seguintes parâmetros (0 a 20 valores), de forma aditiva, e discriminados às décimas, sendo valorizada a experiência profissional comprovada em:

Parâmetro	Pontuação
Produção científica, tecnológica dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo candidato e relevante para o posto de trabalho	8
Atividades de investigação aplicada, ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato e relevante para o posto de trabalho	7
Atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção do conhecimento técnico e científico, consideradas de maior relevância pelo candidato e relevante para o posto de trabalho	4
Atividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro	1

10 – A avaliação do percurso científico e curricular do candidato pode ser completada por entrevista aos cinco melhores classificados, sempre que o júri assim o decida.

A entrevista não constitui método de seleção e não é classificada, visando somente a obtenção de esclarecimentos ou explicitações de elementos constantes dos currículos dos candidatos.

11 – Em conformidade com o artigo 13.º do RJEC, o júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente: Doutora Carla Susana Ferreira Garrido Coelho – Investigadora Auxiliar do IPMA.

Vogais efetivas: Doutora Maria Alexandra Cordeiro de Almeida e Silva – Investigadora Auxiliar do IPMA e Doutora Ana Cristina Andrade Moreno Marques – Investigadora Auxiliar do IPMA.

Vogais suplentes: Doutora Rita Vasconcelos e Doutora Ana Machado – Investigadoras Auxiliares do IPMA.

12 – O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções.

13 – Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação, sendo facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14 – A deliberação final do júri carece de homologação por parte do Conselho Diretivo do IPMA, I. P.

15 – O prazo de apresentação de candidaturas ao procedimento é de 10 dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP).

16 – A candidatura deverá acompanhada dos seguintes documentos:

a) Formulário disponibilizado na página eletrónica do IPMA, IP, devendo indicar expressamente qual/quais a(s) referência(s) a que se candidata;

b) Cópia de certificado ou diploma atestando o grau de Doutor (ou equivalente);

c) Tese de doutoramento;

d) *Curriculum Vitae* detalhado e atualizado;

e) Outros documentos que o candidato considere relevantes para a avaliação do seu percurso científico e curricular.

17 – Os candidatos apresentam os documentos, de preferência em suporte digital, em formato de PDF, para o endereço de correio eletrónico recrutamento@ipma.pt, presencialmente na Rua C ao Aeroporto de Lisboa, 1749-077 Lisboa, durante o horário de expediente (10h/16h), ou por via postal para a mesma morada.

Quando remetidas por via postal, o correio tem de ser registado, com aviso de receção, expedido até ao último dia do prazo de abertura do concurso.

18 – São excluídos do procedimento:

a) Os candidatos que formalizem incorretamente a sua candidatura ou que não comprovem os requisitos exigidos.

b) Os candidatos que não apresentem o requerimento, não submetam a documentação ou submetam documentação ilegível, incorretamente preenchidas ou inválida.

c) Os candidatados que não indiquem o procedimento a que se candidatam.

19 – Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

20 – As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

21 – As listas de candidatos admitidos e excluídos bem como as listas de classificação final são publicitadas na página eletrónica <http://www.ipma.pt/pt>, sendo os candidatos notificados por e-mail com recibo de entrega da notificação.

22 – Nos termos do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, após notificação, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito. No prazo de 90 dias, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

23 – O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até à homologação das listas de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação dos postos de trabalho em oferta.

24 – O IPMA, IP promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de oportunidades e de acesso ao emprego, em consonância com o artigo 9.º da Constituição.

25 – O júri aprovou este aviso na reunião realizada a 24/06/2024.

25 de junho de 2024. – O Vogal do Conselho Diretivo, Telmo Jorge Alves de Carvalho.

317836577